



COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME

CNPJ: 30.509.342/0001-00

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 797.381.250.117

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CUNHA/SP

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020

PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.509.342/0001-00, (conforme ato constitutivo - doc anexo) com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 237, sala 04, Bairro Jardim Castelo Branco, CEP. 14.090-495, neste ato legalmente representada por sua proprietária a Sra. Daniela Antoneli da Silva, brasileira, maior, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 27.588.465-X- SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 288.712.538-92, residente e domiciliada na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Anibal Vercesi, nº 500, casa 117, Bairro Condomínio Topázio, Distrito de Bonfim Paulista, vêm, tempestiva e respeitosamente, com fundamento no **Artigo 4, Inciso XVIII, da Lei Federal 10.520/2002 e cláusula 9 do edital regulador do certame**, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

face à decisão tomada pelo Ilustre Pregoeiro, no âmbito de julgamento do pregão presencial acima epigrafado, o que se faz pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1- DOS FATOS

Esta empresa RECORRENTE em razão da convocação realizada pelo edital do Pregão Presencial nº 004/2020, supra referenciado, se fez presente no processo licitatório, objetivando o **"FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO TIPO A - TIPO FURGONETA"**.

Para tanto, instruiu a sua proposta com toda a documentação necessária e pertinente à sua participação, objetivando então, ser classificada/habilitada/contratada.

Contudo, com o devido respeito, registre que fomos surpreendidos pela decisão do Senhor Pregoeiro Municipal que de forma errônea, desarrazoada e desproporcional resolveu declarar-nos **DESCCLASSIFICADOS**, conforme segue:

"A empresa foi desclassificada pelo Pregoeiro pois não apresentou o material do veículo transformado, conforme exigência da cláusula 5.3.6 do edital"

Por esse motivo é interposto o presente recurso administrativo cuja finalidade é a **REFORMA DA DECISÃO**, haja vista que o ato sufragado pelo Ilustre Pregoeiro está divorciado da lei de regência e da jurisprudência, conforme será delineado a seguir.

Por fim, apresenta as razões de recursos à apreciação de Vossa Senhoria para que caso lhe aprouver exerça o

juízo de retratação ou caso mantida a decisão inicial seja remetido os autos à autoridade superior para que prolate decisão final.

2- DA TEMPESTIVIDADE

No dia 11 de março de 2020, durante a sessão pública de julgamento do certame acima epigrafado, o ilustre Pregoeiro Municipal **DESCCLASSIFICOU** a proposta desta empresa.

Imediata e motivadamente manifestamos a nossa intenção de interpor recurso haja vista que não concordamos com a decisão.

Dessa feita restou-nos franqueado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

Conforme preconiza o parágrafo único do artigo 110 da Lei Federal 8.666/93 (aplicável de forma subsidiária à modalidade pregão), a contagem e o vencimento de prazos só ocorrem em dias de expediente no órgão.

Logo, resta clara a tempestividade das presentes razões de recurso.

Ultrapassada a questão preliminar, passaremos a expor os motivos pelos quais a empresa recorrente deve ter o seu recurso provido.

3- DO DIREITO





COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME

CNPJ: 30.509.342/0001-00

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 797.381.250.117

LOGO DE INÍCIO CURIAL
REGISTRAR QUE A EMPRESA PGL POSSUI O
DOCUMENTO EXIGIDO NA CLÁUSULA 5.3.6 DO
EDITAL, A SABER:

"Documento que contenha todos os componentes das especificações técnicas e também material do veículo transformado". (segue doc anexo).

Conforme se verifica esta administração está afastando do certame uma empresa que reúne todos os requisitos exigidos no edital.

No presente caso, a solução para o problema é de simples inteligência e conduta, ou seja, esta administração deveria ter realizado diligências em relação aos fatos, contudo, não o fez, situação essa que viola o interesse público tanto primário quanto o secundário.

Viola o interesse público primário, notadamente quando obstaculiza o direito desta empresa de participar do certame e ao final se sagrar vencedora, haja vista que conforme explanado, no plano fático atende a todos os requisitos da cláusula 5.3.6, razão pela qual o vício de natureza meramente formal, não pode sobrepujar a verdade dos fatos.

Viola o interesse público secundário (interesse patrimonial dessa administração), notadamente, porque invalida todo o certame licitatório, o que decerto colocará em xeque o interesse público revestido na busca da proposta mais vantajosa para a administração, e, conseqüentemente resultará em prejuízos de ordem financeira à municipalidade.

Noutro vértice, salienta-se que, a verificação do requisito elencado na cláusula 5.3.6 do edital comporta interpretação sistemática, ou seja, aplica-se na seara licitatória o princípio da instrumentalidade das formas.

Pelo princípio da instrumentalidade das formas, temos que a existência do ato processual é um instrumento utilizado para se atingir determinada finalidade, o que no caso dos autos reside na seguinte premissa: "constatar se a empresa participante do certame possui a capacidade de entregar um veículo adequado".

Isto foi devidamente comprovado no início desse capítulo com a apresentação do documento exigido na cláusula 5.3.6 do edital, e aqui cabe lembrar que o documento poderia ter sido apresentado na própria sessão de julgamento, bastando tão somente que o senhor pregoeiro realizasse a devida diligência.

Em suma, o princípio da instrumentalidade das formas (art. 154 e 244 do código de processo civil) em virtude do princípio constitucional da razoabilidade e proporcionalidade, é plenamente aplicável em certame licitatório, e, pressupõe que, mesmo que o ato seja realizado fora da forma prescrita em lei (registre que o



edital é a lei interna do certame), se ele atingiu o objetivo, esse ato será válido.

Registre-se que neste certame licitatório existe outro vetor que corrobora a classificação desta recorrente, a saber: **princípio da obtenção de proposta mais vantajosa** *(não é crível e tampouco economicamente aceitável, inabilitar por via de excessivo rigor, empresa que apresentou regular documentação para em momento posterior instaurar outro certame, o que decerto implicará em onerosidade à municipalidade).*

Ademais, constata-se ainda que a decisão do senhor pregoeiro pecou, notadamente quando deixou de realizar a necessária diligência a despeito da dúvida suscitada.

Neste sentido clarividente que havendo qualquer dúvida relativa a documentação apresentada, a análise não deve se limitar ao **aspecto meramente formal**, carecendo de investigação, tudo isso com o intuito de alcançar a decisão mais justa e acertada em face da **verdade material**.

Em relação ao tema, com o brilhantismo que lhe é peculiar, o professor Ivo Ferreira de Oliveira, ensina que:

"A diligência tem por objetivo oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos,

permitindo à Comissão ou a Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório" (de Oliveira, Ivo Ferreira: Diligência nas Licitações Públicas, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24). **– (grifo do autor).**

Pede-se vênia para consignar que no caso dos autos não foi realizada a melhor exegese legal, sendo evidente que a interpretação se agarra à literalidade da cláusula editalícia.

Ocorre que se fatos existentes à época da licitação ou até mesmo a ela anteriores, porém não documentados nos autos, puderem eventualmente ensejar a inclusão ou exclusão de licitante em determinada competição, tais circunstâncias deverão ser investigadas e, fatalmente, haverá a necessidade de se produzir e juntar ao processo novos documentos.

Contudo, tal procedimento não afronta ou contraria os limites impostos pela lei.

Neste contexto, convém colacionar aos autos caso paradigmático enfrentado pelo Tribunal de Contas da União que, ao julgar conduta de uma Pregoeira que promoveu a **juntada de certidão durante a sessão pública de Pregão**, assim decidiu:

(...)



Assim, a interpretação a aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados. Irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato.

No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configurado tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto no 3.555/2000, no sentido de que "as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação".

Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à



segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa **e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada.**

Assiste, portanto, razão à unidade técnica ao considerar regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas nos incisos XIII e XIV, do art. 11, do Decreto nº 3.555/2000." (TCU – Acórdão nº 1.758/2003-Plenário) – **(grifo do autor).**

A este passo convém lembrar que é evidente a identidade de mérito entre o caso do *decisum* acima e o caso que ora se discute.

A par disso, outra não poderia ser a conduta do senhor pregoeiro, senão diligenciar a despeito, inclusive com a verificação e investigação junto à empresa transformadora do veículo cujo nome poderia ser informado pelo representante presente na sessão.



Portanto, é medida de direito que a decisão seja reformada, com a declaração de **CLASSIFICAÇÃO** desta recorrente, ainda que reconheçamos ser mais difícil para o agente reconhecer o erro e mais fácil encontrar motivos para manter o seu posicionamento.

Contudo, confia-se que o bom senso de Vossa Senhoria deverá prevalecer.

Outrossim, informa-se que na improvável hipótese, dessa administração decidir de forma diversa, situação essa que somente se aceita somente por amor ao debate, não restará outra saída senão esta recorrente se socorrer dos órgãos de controle externo, em especial o Egrégio Tribunal de Contas desse Estado, bem como a Promotoria Pública local, sendo possível ainda se socorrer na via judiciária.

4- DO PEDIDO

Por derradeiro, ante todo o exposto **Requer:**

- a) Seja reformada a **DECISÃO PROFERIDA PELO SENHOR PREGOEIRO MUNICIPAL NO ÂMBITO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020**, que **DESCLASSIFICOU** a **PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI**, devendo nesta oportunidade ser declarada a respectiva CLASSIFICAÇÃO haja vista que a empresa atendeu plenamente ao edital regulador do certame, bem como deverá



COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME

CNPJ: 30.509.342/0001-00

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 797.381.250.117

ser designada nova sessão para
continuidade do certame.

Termos em que, PEDE DEFERIMENTO.

Ribeirão Preto/SP, aos 16 de março de 2020.

PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI

Daniela Antonelli da Silva
RG nº 27.588.465-X – SSP/SP
CPF/MF nº 288.712.538-92
adm@pgl.net.br

30.509.342/0001-00

**PGL COMÉRCIO DE
VEÍCULOS EIRELI - ME**

Av. Presidente Castelo Branco, 237
Sala 04

Jd. Castelo Branco-CEP 14090-495
RIBEIRÃO PRETO - SP